

América Latina entre la crisis y las alternativas



Emir Sader

*América Latina no século XXI
Perspectivas e desafios para o futuro*



Jaime Estay R.

*Las economías latinoamericanas en el 2002:
la profundización de la crisis*

Atilio A. Boron

*Brasil, 2003:
¿los inicios de un nuevo ciclo histórico?*



Pablo Dávalos

*Plurinacionalidad y poder político en el
movimiento indígena ecuatoriano*

Jaime Zuluaga Nieto

*Colombia: entre la democracia
y el autoritarismo*

Margarita López Maya

Venezuela en la encrucijada

América Latina no século XXI

Perspectivas e desafios para o futuro

Por Emir Sader*

No seu primeiro mandato o então presidente Bill Clinton sequer cruzou o Rio Grande. Não visitou nenhum país da América Latina, um continente que se “comportava” muito bem –segundo os parâmetros da política norte-americana. Salvo uma pequena ilha do Caribe, todo o resto do continente era considerado “democrático” –incluído o Peru de Fujimori. A democracia liberal que se estendia pelo continente acabou tendo no neoliberalismo –e em particular nas políticas de ajuste fiscal– seu complemento e sua ideologia.

O livro de Jorge Castañeda –posteriormente um dos mentores do documento chamado de “Consenso de Buenos Aires”, uma espécie de “terceira via latinoamericana” e atualmente ministro de relações exteriores de Vicente Fox– *A utopia desarmada* expressava aquele momento, quando constatava a morte da esquerda do continente como havia existido até ali e prenunciava novas relações com os EUA, em que este deixaria de ter seu papel imperial. O livro –publicado em 1990, entre a queda do muro de Berlim e o fim da URSS– refletia, a nível teórico, a derrota internacional do “campo socialista” e no continente coincidia com o fim dos governos sandinistas na Nicarágua e a conversão das guerrilhas ao processo institucional em El Salvador e na Guatemala. A social democracia europeia estava em avançado processo de conversão para as políticas neoliberais –iniciada por Mitterrand na França e seguida por Felipe Gonzalez na Espanha– enquanto o Partido Comunista Italiano –o maior do ocidente– decretava sua extinção. Nesse mesmo ano se divulgava o que seria conhecido como o “Consenso de Washington”, no ano anterior se publicava *O fim da história*, de Fukuyama. Prenunciava-se uma segunda década gloriosa para o neoliberalismo, com seu novo oxigênio dado pela “terceira via” de Clinton e Blair.

* Coordinador del Grupo de Trabajo Hegemonías y Emancipaciones de CLACSO. Director del Laboratorio de Políticas Públicas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.



A herança que Clinton deixou para seu sucessor é bastante diferente: a de um continente em que cada país é um foco de crise. A crise mexicana de 1994 já prenunciava um esgotamento da fase de sucesso do neoliberalismo, porém a pronta ação do governo norte-americano para remediar os efeitos mais graves da crise e a carona que a economia mexicana tomou no ciclo expansivo da economia dos EUA, deram a impressão que havia sido uma crise passageira, ao mesmo tempo que a maior economia do continente retomava o programa do Consenso de Washington com a vitória eleitoral de Cardoso naquele mesmo ano. A esquerda apresentava um quadro de derrota, seja pela redução à impotência, seja pela conversão ideológica ao neoliberalismo. A primeira via tinha na Argentina a sua expressão mais dramática, a segunda no Chile sua versão mais clara. O PRD no México, a Frente Ampla no Uruguai, o PT no Brasil, a Farabundo Martí em El Salvador – apareciam como as forças de esquerda sobreviventes no continente, na luta de resistência a uma avassaladora ofensiva neoliberal. Os sindicatos se encontravam na defensiva diante do desemprego crescente, das políticas de contenção salarial e em especial de “flexibilização laboral”, com a extensão da precarização das relações de trabalho. Os chamados “no vos movimentos sociais” tinham revelado suas limitações como proposta de

novos eixos para o movimento de massas com o enfraquecimento das organizações sindicais.

Bush se depara com um continente em forte ebulição. Por ter sido um laboratório privilegiado de experiências neoliberais –onde efetivamente nasceu, na Bolívia e no Chile–, a América Latina tornou-se na ressaca atual da farra especulativa, a região mais instável em termos econômico-sociais do mundo. Da Argentina ao Haiti, do Uruguai à Nicarágua, do Peru ao Paraguai, da Venezuela à Bolívia, da Colômbia ao Equador –nunca o continente viveu uma crise tão grave desde os anos 30 do século passado. Seu peso econômico e político no mundo diminuiu sensivelmente, seus Estados e suas economias se encontram fragilizados, suas estruturas sociais fragmentadas, com grandes massas da população excluídas de direitos elementares.

A situação mudou de tal forma que há uma década, quem assumia os preceitos do Consenso de Washington se elegia presidente e se reelegia quase que automaticamente –como foram os casos paradigmáticos de Menem, Fujimori e FHC. Atualmente, ao contrário, quem assume e mantém o modelo, fracassa imediatamente –como De la Rúa e Toledo– ou tem seu governo esgotado rapidamente –como Vicente Fox e Jorge Battle.

A crise mexicana de 1994 coincidiu com o primeiro grande grito internacional contra o neoliberalismo, emitido pelos zapatistas, nas selvas de Chiapas. Desde então, a resistência foi ganhando formas novas, incentivada pelo chamamento de Le Monde Diplomatique a lutar contra o pensamento único e pelo lançamento do movimento Attac, inicialmente na França. Foram no entanto as mobilizações de Seattle que marcaram a retomada de grandes mobilizações de massa contra o neoliberalismo, que tiveram efeitos diretos na América Latina, um dos quais foi a organização dos Foros Sociais Mundiais de Porto Alegre, a partir de janeiro de 2001.

Na América Latina, além do governo cubano, o de Hugo Chavez foi o primeiro que se elegeu fora das políticas neoliberais, num país em que o neoliberalismo teve sua implementação truncada –com a queda de Carlos Andrés Pérez– e abortada com o fracassado governo de Rafael Caldera. A alta votação da Frente Ampla no Uruguai e de Evo Morales na Bolívia revelavam que crescia o caudal de descontentamento expresso eleitoralmente, ao mesmo

tempo que a continuada crise institucional equatoriana e as mobilizações populares que se multiplicavam pelo continente revelavam como o clima social passou a ser cada vez mais efervescente.

2003 promete ser o ano mais importante para o continente desde 1973. Neste ano se consolidou a virada para a direita, com o fracasso das últimas tentativas de solução da esquerda para a crise hegemônica no continente. Com a militarização do Uruguai e com o golpe no Chile, triunfava a proposta “brasileira” de ditaduras militares conforme a doutrina da segurança nacional. O governo de Perón já se deu a destempo, depois da outra virada significativa, que condicionaria fortemente o continente a partir dali –a passagem do capitalismo internacional de seu mais importante ciclo longo expansivo a um ciclo longo recessivo.

“2003 promete ser o ano mais importante para o continente desde 1973 (...) [a fisionomia do continente] estará avançada a definição das possibilidades de os novos governos (...) lograrem caminhar na direção de uma era posneoliberal na América Latina”

■ **Os desafios de 2003**

2003 representa um ano em que:

- se desenhará o significado do governo Lula, o primeiro que assume como objetivo a saída do neoliberalismo;
- haverá eleições presidenciais na Argentina, que definirão se o Brasil terá um parceiro na política de reconstrução do Mercosul, de resistência à Alca e de uma moeda comum da região ou se triunfará a alternativa da dolarização, que favorecerá a Alca e a hegemonia norteamericana, estreitamente muito as possibilidades de sucesso do novo governo brasileiro;
- se desenhará o significado do governo de Lúcio Gutiérrez no Equador, como outro governo que se opõem ao neoliberalismo.

Isso já bastaria para que digamos que a fisionomia do continente será diferente daquela atual. Estará avançada a definição das possibilidades de os novos governos brasileiro, equatoriano e eventualmente o argentino, lograrem caminhar na direção de uma era posneoliberal na América Latina ou se serão vítimas seja do fracasso, atacados pelos capitais especulativos, seja da cooptação.

A diferença essencial do novo período em relação ao anterior não é apenas o enfraquecimento da hegemonia

neoliberal –mesmo com todas as armadilhas deixadas para os governos que pretendem supera-la–, mas também a passagem de pelo menos uma década em que a história do continente parecia congelada, condicionada a estreitos limites econômico-financeiros, para um outro. Um período novo em que os espaços de alternativa estão abertos, representando para o movimento popular e o movimento de massas possibilidades novas de intervenção, com governos que podem ser expressão e interlocutores de suas reivindicações e que, por sua vez, terão seu significado condicionado pela própria ação das forças sociais, políticas e culturais que a esquerda latino-americana acumulou nas décadas de resistência ao neoliberalismo.

Os elementos de fraqueza do novo período da história latino-americana residem:

- um contexto internacional fortemente hostil, com a opinião pública do centro do capitalismo –particularmente dos EUA e da Europa ocidental– assumindo posições conservadoras e com o governo norte-americano comandando uma política de criminalização dos conflitos em escala mundial e de guerra direta contra governos que ele considera como pertencentes a um “eixo do mal”, mais diretamente

agora contra o Iraque e a Coreia do Norte;

- uma economia internacional em recessão, o que restringe mais duramente ainda as possibilidades de expansão do comércio exterior de nossas economias, assim com a de atração de investimentos;
- a inexistência de um eixo internacional e de uma teoria que dirijam a transição para política posneoliberais;
- a pesada herança deixada pelos governos neoliberais, com financeirização da economia, com debilitando da capacidade dos Estados de desenvolver políticas públicas, com forte fragmentação social e com grande caudal de reivindicações sociais reprimidas;
- a relativa debilidade ainda da esquerda latino-americana para enfrentar a nível nacional, bem como continental, a árdua tarefa de construção de políticas posneoliberais.

Os elementos de força para as correntes progressistas residem:



- no esgotamento das políticas neoliberais, de forma mais evidente ainda na própria América Latina, sem que tenham obtido seus grandes objetivos e provocando a pior crise social do continente há décadas;
- a falta de políticas alternativas àquelas que fracassaram
- a multiplicação de crises sociais e políticas que debilitam a legitimidade de grande parte dos governos do continente;
- o surgimento de novas forças, não apenas sociais, mas também políticas –como nos casos da Bolívia e do Equador–, assim como o fortalecimento de forças constituídas anteriormente –o PT no Brasil, a Frente Ampla no Uruguai.

■ Os paradigmas da crise atual

O confronto desse marco de forças faz com que enfrentemos a partir de 2003 uma aberta crise de hegemonia no continente, com o esgotamento dos blocos no poder –que levaram a cabo a posta em prática das políticas de ajuste fiscal–, sem que se tenham constituído ainda novas forças em condições de preencher esse vazio. Podemos distinguir alguns paradigmas que, no mesmo marco de crise hegemônica, combinam os elementos da crise de forma um tanto diferenciada.

Nesse sentido a crise venezuelana é bastante expressiva desse hiato Hugo Chavez se valeu do esgotamento de todas as alternativas das elites tradicionais, impondo-lhes duras derrotas, apoiado num extenso sentimento popular de rejeição daquelas elites, sem ter ainda nem constituído um projeto alternativo, nem que as forças que o apoiam ter forjado suas próprias formas organizativas e políticas de expressão. É como se o projeto de Hugo Chavez se aproximasse do esgotamento, sem ter conseguido gerar as forças que podem compor o novo bloco no poder. Como se fracassasse prematuramente ou que as esperanças de sua revitalização requirisses o tempo para que o novo movimento social se cristalize e forje suas próprias expressões políticas.

Isto se passa, se outra maneira, na Argentina, em que o hiato parece maior ainda entre o esgotamento do modelo hegemônico que esteve vigente por duas décadas e o ritmo de construção de alternativas, pela profundidade da crise social e das elites tradicionais. A Venezuela e a Argentina representam um paradigma, ainda que diferenciado, da crise hegemônica atual.

O Brasil e o Equador representam outro paradigma, por ter combinado, até aqui, ainda que por vias diferentes,

elementos objetivos da crise com fatores subjetivos. O Brasil tornou-se o elo mais fraco da cadeia de dominação no continente, ao reconstruir uma esquerda política e social, que foi contemporânea à construção do modelo neoliberal, resisituiu a ele e chega ao governo com um projeto político de transição gradual ao posneoliberalismo, diante de fortes tensões e riscos, com uma composição governamental complexa, que somente no seu funcionamento concreto poderá definir seu verdadeiro perfil.

O programa de Lula apostou na aliança do capital produtivo –inclusive o grande capital– contra o especulativo, jogando a carta da diminuição da taxa de juros, para a reativação da economia, com distribuição de renda, desenvolvimento do mercado interno de consumo de massas, reforma agrária, prioridade das políticas sociais, recomposição, ampliação e aprofundamento do Mercosul. O maior problema imediato desse projeto é o de como sair das armadilhas estruturadas pelo neoliberalismo, que no Brasil teve nas taxas de juros reais mais altas do mundo seu “segredo”. O capital financeiro foi atraído por essas taxas, que gerou a dependência do capital especulativo que acabou levando o país a quebrar sua economia três vezes desde 1999, duas das quais em 2003, que foram superadas com novos pacotes do FMI.



Assim, uma das armadilhas mais graves herdadas pelo governo Lula é a assunção da estabilidade monetária como uma conquista –assumida pela opinião pública e pela própria candidatura Lula–, mas ao mesmo tempo a fragilidade dessa estabilidade, que supõe atração de capitais para cobrir os déficits na balança de pagamentos –o déficit público se multiplicou por dez– por meio de taxas de juros elevadas. Assim a reativação econômica –chave do projeto de Lula– requer desatar o nó financeiro, em condições muito desfavoráveis, porque a desvalorização da moeda –cerca de 25% em 2002– produziu uma retomada da inflação –de 25% em um ano–, com o que significa de demandas salariais e de necessidade de controle maior ainda dos gastos públicos, com pressões para manutenção da taxa de juros nos altos patamares atuais, 25%.

Portanto o governo Lula começa sob forte tensão, entre os setores que induzem as demandas do mercado financeiro –que requerem manutenção das altas taxas de juros– e as prioridades sociais, que suporiam retomada do desenvolvimento econômico –pela redistribuição de renda que suporia, assim como pelo aumento da arrecadação. A composição inicial do governo Lula buscou garantir a confiança do mercado financeiro, acreditando que será possível compatibilizar a falta de recursos com a prioridade social, mesmo enfrentando um primeiro ano difícil. Conta com uma expectativa muito positiva e com uma delegação eleitoral que lhe possibilita administrar durante um tempo as tensões. Resta saber se esse tempo será suficiente para desarmar o nó financeiro e instaurar o círculo virtuoso da reativação econômica prevista pelo seu programa.

No Equador, Lúcio Gutierrez herda uma economia dolarizada e um país em crise. Sabe que sozinho não conseguirá recompor a força de uma moeda nacional sucessora do sucre, tendo que manter-se dentro da moeda norte-americana –com todos os problemas que ela suscitou–, salvo que se construa uma moeda comum na região. Esta alternativa depende hoje centralmente das eleições argentinas, se elas elegerão um aliado de Lula na reconstrução, fortalecimento e extensão do Mercosul –com um Parlamento, privilegiando a integração política, mas incluindo uma moeda comum– ou se triunfará um candidato que promova a dolarização da economia argentina e arraste, com isso, o conjunto do continente para a Alca e para a moeda dos EUA.

■ Os desafios de 2003

Nesse novo marco, o movimento social latino-americano tem novos e grandes desafios a partir de 2003. Nas sua trajetória recente, o movimento social latino-americano, desde o grito de Chiapas, em 1994, clamando pela resistência internacional contra o neoliberalismo, viveu um longo período de resistência –na realidade iniciado antes dessa data, mas que ganhou uma dimensão internacional a partir desse chamamento–, que teve seus momentos de culminação nas manifestações populares –conduzidas pelo movimento indígena– no Equador e na Bolívia, pelas marchas nacionais do MST e dos zapatistas, pela participação dos movimentos sociais latino-americanos nos Foros Sociais Mundiais de Porto Alegre, nas grandes manifestações populares na Argentina contra o governo De la Rúa e posteriormente contra o governo Duhalde.

O que trouxe de novo o ano de 2002 foi a capacidade de traduzir essa força acumulada pelo movimento popular em força político-institucional. Ela se deu inicialmente com a chegada da candidatura de Evo Morales ao segundo turno das eleições presidenciais na Bolívia e com o triunfo das candidaturas de Lula no Brasil e de Lúcio Gutierrez no Equador. A crise hegemônica no continente ganhou uma inscrição institucional, com o desalojo do governo, nestes dois países, dos blocos sociais e políticos que haviam levado a cabo as políticas neoliberais nos anos anteriores.

Abre-se assim um novo período, com um novo espaço de luta, que inclui a governos que se elegeram com plataformas anti-neoliberais e que terão cumprido com seu mandato se conseguirem sair do neoliberalismo e colocar em prática políticas posneoliberais. De seu sucesso ou fracasso depende o futuro do movimento popular no continente. Nisto consiste o grande desafio dos movimentos sociais nesses países –com repercussão continental: de sua capacidade para contribuir para o sucesso desses governos, o que significa definir uma postura que combine apoio com independência, para fortalecer a esses governos quando atuem na direção a da ruptura com o neoliberalismo, de políticas de soberania e justiça social, de democratização política, de afirmação cultural. E para critica-los quando fortalecerem elementos de continuidade e de reprodução do modelo vigente, na sua forma atual ou em alguma de suas versões renovadas.

“Abre-se assim um novo período, com um novo espaço de luta, que inclui a governos que se elegeram com plataformas anti-neoliberais e que terão cumprido com seu mandato se conseguirem sair do neoliberalismo e colocar em prática políticas posneoliberais”

O ano de 2003 verá o movimento popular latino-americano com uma nova fisionomia e pode-se dizer que grande parte dessa nova fisionomia virá do Brasil, da Venezuela, do Equador e da Argentina, do desenrolar das mobilizações e dos processos políticos em curso ou que se iniciaram em janeiro deste ano. Se o continente aponta para um horizonte posneoliberal, 2003 terá sido um ano histórico, como foi 1973 porém desta vez para um patamar de avanço das lutas históricas. Se isso não acontecer, poderá ser um ano que coloque em risco toda a acumulação de forças gerada ao longo das últimas décadas, na resistência ao neoliberalismo e na construção de um modelo alternativo.

Terá que compatibilizar suas mobilizações de resistência às políticas neoliberais, ainda amplamente dominantes no continente, com relações de apoio, colaboração na elaboração de um modelo hegemônico alternativo ao neoliberalismo onde existem governos que se propõem a isso –como o Brasil, o Equador, a Venezuela, eventualmente a Argentina, na dependência dos resultados eleitorais de abril–, mantendo ao mesmo tempo sua autonomia organizativa e de ação.

Essa é uma dimensão nova que levará, por exemplo, ao Movimentos dos Sem Terra no Brasil a ter um tipo de diálogo novo com o governo, com a presidência de Lula, com um Ministro de Desenvolvimento Agrário como Miguel Rossetto –ex-vice governador do Rio Grande do Sul, muito próximo do movimento, mas ao mesmo tempo com uma equipe econômica que aciona para uma continuidade com as políticas financeiras do governo de Fernando Henrique Cardoso, num marco de pressões inflacionárias e de compromissos financeiros muito pesados. A luta continua a se desenvolver nos planos tradicionais –do campo, da luta ideológica, dos combates políticos–, mas se abre um espaço de disputa dentro do governo e do próprio Estado, quando novas polarizações devem ocorrer, embora sua forma não esteja ainda definida. Pode-se no entanto imaginar que a equipe econômica de Lula, relativamente homogênea, seja um polo, o outro provavelmente se constituindo em torno das políticas sociais e do movimento social, pressionando para cumprir as prioridades definidas por Lula durante sua campanha eleitoral e reafirmadas na constituição do ministério. A tensão vem da própria realidade, que coloca armadilhas da financeirização e, ao mesmo tempo, demanda fores políticas sociais.

Acontecerá o mesmo com a Central Única dos Trabalhadores, que terá, pela primeira vez, um Ministro do Trabalho –Jacques Wagner, deputado federal do PT na Bahia, ex-dirigente sindical, fundador da CUT– diretamente vinculado à própria central. Isso se dará num marco de pressões para aumento de salários, congelados,

especialmente no setor público, de pressões inflacionárias; de projetos de reforma da previdência e de reforma laboral, cujo caráter será objeto de grande luta política pela defesa dos interesses dos trabalhadores, no marco de um governo que se assenta num aliança com o grande empresariado produtivo.

Da mesma forma o movimento social equatoriano terá que combinar sua luta pela defesa dos seus interesses imediatos e históricos, com o apoio e a contribuição para a elaboração de políticas alternativas ao neoliberalismo. Isso se dá num marco difícil, e que o governo de Gutierrez não se propõe a sair da dolarização, que por sua vez é diganosticada pelo movimento social como grande responsável pela enorme concentração de renda dos últimos anos, assim como pela recessão, pelo desemprego e pela imigração maciça de trabalhadores para fora do país. Como então atingir estes objetivos, sem sair da dolarização, o que por sua vez depende de uma proposta regional de construção de uma moeda comum. Portanto, a luta pela alternativa à Alca seguirá ainda mais do que até aqui sendo um objetivo político importante para o conjunto dos movimentos sociais no continente.

